



SENADO FEDERAL

Auditoria

Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO Nº 5/2025 – COAUDCF

Ao Senhor
André Luis Soares da Paixão
Auditor-Geral

Senhor Auditor-Geral,

Trata-se do 4º e último ciclo de monitoramento da Auditoria de Contas relativa ao exercício de 2021. Após o último monitoramento¹, restaram pendentes de implementação as recomendações nº 11, 13, 18, 22, 23 e 26 do respectivo Relatório².

A Diretoria-Geral encaminhou as últimas informações sobre essas recomendações por meio dos Despachos nº 3473/2024³.

Na Matriz de Monitoramento anexada a este documento, apresentamos a análise desta COAUDCF para cada recomendação.

Por fim, informamos que tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, Inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria, conforme o caso, considerando as avaliações feitas por esta Coordenação na matriz anexada.

COAUDCF, 21 de agosto de 2025.

¹ 00100.143386/2024-09

² 00100.068034/2022-97

³ 00100.167329/2024-15



**SENADO FEDERAL**

Auditoria

Coordenação de Auditoria Contábil e Financeira

*(assinado digitalmente)***Antonio Ariuton Batista Neto**

Analista Legislativo/Contador

*(assinado digitalmente)***Paulo Vitor de Sousa Dantas**

Chefe de Serviço - SEAUDCT

*(assinado digitalmente)***Antonio Lisboa de Queiroz**

Coordenador Substituto – COAUDCF

De acordo.

À Diretoria-Geral, para ciência, informando que, tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, Inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.

*assinado digitalmente***ANDRÉ LUIS SOARES DA PAIXÃO**

Auditor-Geral

**AUDITORIA**
SENADO FEDERAL

MATRIZ DE MONITORAMENTO - 4º CICLO

Nome da ação: Auditoria Financeira integrada com Conformidade nas Contas Anuais de Exercício de 2021 - 00200.010740/2021-31; Monitoramento - 00200.016713/2022-82
Data do monitoramento: ago/25
Coordenação Executora: COAUDCF

AUDITORIA											UNIDADE EM QUE SE REALIZA A AÇÃO DE CONTROLE				AUDITORIA		AVALIAÇÃO	
Ano da ação	Nome da ação	Tipo da ação	Coordenação executora da ação	PAINT de referência	Relatório Longo (RT05.3)	Deficiências de controle interno-DCI /Achado de Auditoria	Natureza da DCI /Achado	Código Recomendação	Recomendação	Órgão Gestor	Avaliação da recomendação pelo gestor	Descrição do Plano de Ação Manifestação Atual		Data Início	Data Fim	Análise da equipe de auditoria	Status atual	Evidência
2021/2022	Auditoria nas Contas Anuais de 2021	Financeira c/ Conformidade	C.OAUDCF	PAINT - 2021 (NUP 00100.096449/2020-99) e PAINT - 2022 (NUP 00100.089342/2021-75)	00100.068034/2022-97	4.2.2. Imóveis com a mesma informação sobre o registro cartorial no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPUNIET, caracterizando suporte documental incompleto	Inconformidade	11	11- Apurar e registrar as informações sobre o registro cartorial dos imóveis discriminados na tabela conseguinte, em que apresentem informações semelhantes para imóveis diferentes	SPATR	1. Recomendação procede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Manifestação da SPATR (00100.164432/2024-03): A SPATR informa: "Atenda em 2022, foi requisitado à SPU a correção e informe dos dados cartoriais dos imóveis 82 imóveis da União em uso pelo Senado Federal (processo 00200.017590/2022-31). Paralelamente a isso, o SEAMSPATR ainda está em conjunto com a SINFRA em busca de dados de projetos e construções do Senado Federal que por ventura estejam armazenados no depósito de documentos da Administração do Plano Piloto. Muito documentos históricos de importância para o Senado Federal já foram localizados, porém esses são apenas uma fração do necessário para a total regularização dos imóveis do Senado Federal, e a busca diretamente em cartórios de registros fica prejudicada devido a dados de registro incompletos."		Não informado	Não informado	Tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.	XII – Recomendação baseada por não implementação	00100.167329/2024-15 00100.164432/2024-03
2021/2022	Auditoria nas Contas Anuais de 2021	Financeira c/ Conformidade	C.OAUDCF	PAINT - 2021 (NUP 00100.096449/2020-99) e PAINT - 2022 (NUP 00100.089342/2021-75)	00100.068034/2022-97	4.2.4. R\$ 700.810,98 – Ausência de recolhimento de crédito pelo utente sem apuração do crédito administrativo, conforme Ato da Comissão Diretora -ATC nº 11/2012	Inconformidade	13	13- Apurar a inadimplência, nos termos do ATC 11/2012, dos utentes relativa aos créditos a receber no montante de R\$ 700.810,98	SAFIN	0. Recomendação procede e a situação foi atendida;	Manifestação da SPATR/SAFIN (00100.164437/2024-28): A SPATR e SAFIN informam que a dívida da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT relativa aos exercícios de 2016 a 2020 foi reconhecida conforme documento de Reconhecimento de Dívida constante no processo 00200.002954/2023-03 e, de acordo entendimento formado entre Senado Federal e Correios, essa dívida foi paga no dia 31/01/2023 usando GRU emitida pelo SEAMSPATR e o valor foi verificado e contabilizado pela CONTABSPATR. A Brasil Telecom OI Móvel, por estar em recuperação judicial e sob intervenção, goza de situação sua genente, o acordo com o Senado Federal não está mais vigente, porém a empresa continua instalada no complexo arquitetônico e em dia (para o exercício de 2024) com suas obrigações. No ano de 2023, devido à troca da empresa interventora e gestores responsáveis, os pagamentos não foram feitos e a empresa está ciente, desde fato. Os demais débitos reexam as posições de devedores, com alguns acumulados em os mais meses de inadimplência até os pagamentos serem normalizados.		Não informado	Não informado	Analisando os registros contábeis no SAFI, na conta 13811303 – Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas, vence-se que os débitos foram recolhidos, conforme documentos anexos: 2022N5000462 2022N5000595 2022N5000287 2022N5000290 2023N500107 2022N500042 Tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.	XI – Recomendação baseada por não implementação	00100.164437/2024-28 00100.164437/2024-28-1 (ANEXO: 001) 00100.164437/2024-28-2 (ANEXO: 002)
2021/2022	Auditoria nas Contas Anuais de 2021	Financeira c/ Conformidade	C.OAUDCF	PAINT - 2021 (NUP 00100.096449/2020-99) e PAINT - 2022 (NUP 00100.089342/2021-75)	00100.068034/2022-97	4.2.9 Instrução e formalização deficientes (Outorgas de Uso)	Oportunidade de melhoria	18	18- Elaborar norma regulamentadora prevista no art 8º do ATC nº 30/2002, referente a ocupação, por terreno, de espaços e de imóveis no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.	DGER	8. Sem resposta do gestor	Manifestação da DGER (00C.00100.167329/2024-15): A DGER informa "Em relação às recomendações de nºs 18 e 26, "reiteramos a informação prestada no último relatório, segundo a qual "a Administração determinou a constituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de minuta de Ato da Comissão Diretora. Referida minuta já foi formalizada pelo mencionado GT e está em fase de revisão para submissão à Comissão Diretora do Senado Federal"		Não informado	Não informado	Tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.	XII – Recomendação baseada por não implementação	00100.167329/2024-15
2021/2022	Auditoria nas Contas Anuais de 2021	Financeira c/ Conformidade	C.OAUDCF	PAINT - 2021 (NUP 00100.096449/2020-99) e PAINT - 2022 (NUP 00100.089342/2021-75)	00100.068034/2022-97	4.2.10. Divergências das informações entre o mapa de ocupações e os instrumentos de outorga	Inconformidade	22	22- Diligenciar as diferenças de localização e metragem entre o mapa e os instrumentos de outorga, promovendo as necessárias atualizações, inclusive quanto aos valores de reasscamento devidos	SPATR/SADCON	1. Recomendação procede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Manifestação da SPATR/ SADCON (00100.164429/2024-81): A SPATR e a SADCON informam o seguinte: "Os termos de medida dos espaços a serem alterados em 10 dos acordos mantidos entre Senado Federal e entre terceiros (terceiros) foram recebidos no mês de agosto de 2023 e que em setembro desse mesmo ano foram confeccionados pedidos ao Serviço de Contratos – SECON para alteração dos referidos acordos. Foi notado, porém, que os valores a serem alterados nos acordos continham inconsistências e uma verificação mais aprofundada dos acordos foi necessária. Além disso, vários acordos, não só os 10 citados foram renovados e prorrogados, e esses também foram verificados para garantir que todos estivessem de acordo com todas as alterações propostas. No momento, 3 acordos foram verificados em suas novas versões e atendem às normativas de endereçamento e metragem pedidos pela DGER e os outros estão na Advocacia do Senado para as verificações prévias às publicações. Os documentos relativos às alterações são os seguintes: Comando da Aeronáutica 00100.165326/2023-47, ASCIP 00100.165340/2023-51, Beberia 00100.165347/2023-73, Planual 00100.165349/2023-62, Polícia Civil do Distrito Federal 00100.165351/2023-17, Polícia Federal 00100.165366/2023-08, Superior Tribunal Militar 00100.165376/2023-24, Banco do Brasil 00100.165403/2023-36, Caixa Econômica Federal 00100.165411/2023-16, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos 00100.165421/2023-51."		Não informado	Não informado	Os termos de concessão de espaços físicos, que estão sendo alterados, para adequação de área, de acordo com a informação da SPATR/SADCON, não incluem o Diretorio Nacional dos Democratas, o Ministério da Defesa, o Partido Progressista - PP e o Instituto Tancredo Neves e Tim Cejular, conforme consta o papel de trabalho constante do Doc. 00100.020342/2022-31-4 (ANEXO: 004). Tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.	XII – Recomendação baseada por não implementação	00100.167329/2024-15 00100.020342/2022-31-4 (ANEXO: 004) 00100.164429/2024-81
2021/2022	Auditoria nas Contas Anuais de 2021	Financeira c/ Conformidade	C.OAUDCF	PAINT - 2021 (NUP 00100.096449/2020-99) e PAINT - 2022 (NUP 00100.089342/2021-75)	00100.068034/2022-97	4.2.11. Instrumentos de outorga desatualizados	Inconformidade	23	23- Atualizar os instrumentos de outorga de espaço físico vigentes, de modo a contemplar informações fidedignas sobre o objeto, bem como regras suficientes e claras para a gestão das ocupações	SPATR/SADCON	1. Recomendação procede e estão sendo adotadas medidas para atendê-la;	Manifestação SPATR/ SADCON (00100.164429/2024-81): Vide resposta ao item 22		Não informado	Não informado	Tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.	XII – Recomendação baseada por não implementação	00100.167329/2024-15 00100.020342/2022-31-4 (ANEXO: 004) 00100.164429/2024-81
2021/2022	Auditoria nas Contas Anuais de 2021	Financeira c/ Conformidade	C.OAUDCF	PAINT - 2021 (NUP 00100.096449/2020-99) e PAINT - 2022 (NUP 00100.089342/2021-75)	00100.068034/2022-97	4.2.13. Descumprimento das determinações do TCU	Oportunidade de melhoria	26	26- Promover a revisão do ATC nº 30/2002 e dos instrumentos de outorga de espaço físico, de modo a contemplar as determinações do TCU	DGER	9. Sem resposta do gestor	Manifestação da DGER (00C.00100.167329/2024-15): A DGER informa "Em relação às recomendações de nºs 18 e 26, "reiteramos a informação prestada no último relatório, segundo a qual "a Administração determinou a constituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de proposta de minuta de Ato da Comissão Diretora. Referida minuta já foi formalizada pelo mencionado GT e está em fase de revisão para submissão à Comissão Diretora do Senado Federal"		Não informado	Não informado	Tendo em vista o disposto no Art. 82, § 2º, inciso XII, do Novo Manual de Normas Operacionais da Auditoria do Senado Federal, objeto do Ato do Auditor-Geral nº 4/2024, consideramos encerrado o monitoramento desta auditoria.	XII – Recomendação baseada por não implementação	00100.167329/2024-15

Elaborada por:	Antonio Aruton Batista Neto	Em 11/08/2025
Revisada por:	Paulo Vitor de Sousa Dantas Antonio Lobos de Queiroz	Em 18/08/2025
Supervisionada por:	André Luis Soares da Paixão	Em 18/08/2025